

## A Política Nacional dos Resíduos Sólidos como Decorrente do Processo Histórico Industrial e Urbano Brasileiro

*Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*<sup>1</sup>

**Sumário:** 1 Introdução. 2 A urbanização da humanidade. 3 A industrialização do Brasil. 4 A urbanização brasileira e o abismo social. 5 Consumo, individualismo e consumismo. 6 A Política Nacional de Resíduos Sólidos. 7 Conclusão. Referências bibliográficas.

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo examinar as origens do processo de urbanização e industrialização no Brasil e, a partir de então, analisar a Política Nacional dos resíduos sólidos como resposta da sociedade brasileira diante da crescente geração de resíduos produzidos.

### **Abstract**

This study aims to examine the origins of urbanization and industrialization in Brazil and, from then, analyze the National Solid Waste as a response of Brazilian society in the face of increasing generation of waste.

**Palavras-chave:** Urbanização; Industrialização; Política Nacional de resíduos sólidos.

**Keywords :** Urbanization, Industrialization, National Policy on solid waste.

### 1. Introdução

No início do século XVIII, o avanço tecnológico fruto do desenvolvimento da técnica humana fomentou uma série de inventos que, somados, desenvolveria na Europa um movimento histórico que se denomina de Revolução Industrial. A partir desta, o processo de crescente urbanização iniciou-se, culminando nas enormes cidades do mundo atual, modificando não apenas o espaço físico, como também as relações humanas, entre elas, as formas de consumo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direitos Humanos Fundamentais no Unifieo. Especialista em Direito Empresarial pela PUC/SP. Professor do Curso de Direito da Universidade de Sorocaba e da FAC São Roque. Pesquisador integrante do GESTI (Grupo de Estudos de Sistemas e Tribunais Internacionais) ligado ao Unifieo. Advogado e Administrador de Empresas.

As sociedades atuais consomem produtos e serviços em velocidade cada vez maiores, ao mesmo tempo em que a população também aumenta vertiginosamente, fruto de melhores condições de vida, que gerações passadas nem poderiam sonhar. Mas, um dos reflexos desta sociedade ferozmente consumidora, é que se produz imensas quantidades de resíduos, a que devem ser devidamente destinados aos locais apropriados, sob pena de severos impactos ambientais, econômicos e sociais nesta mesma sociedade consumidora.

Desta forma, o que se pretende com o presente escrito é analisar o fenômeno da industrialização e da urbanização no Brasil, as conseqüências destes movimentos na sociedade brasileira e o papel do Direito na modificação desta mesma sociedade através da Política Nacional dos resíduos sólidos.

## 2. A urbanização da humanidade

Até meados do século XIX, muito embora as cidades prosperassem, a maior parte da população permanecia vivendo no campo<sup>2</sup>. A lógica da grande densidade populacional urbana começou a vigorar a partir da Revolução Industrial e das alterações econômicas e sociais decorrentes deste movimento. Neste sentido, pode-se afirmar que a

---

<sup>2</sup> “Embora as cidades medievais tivessem permanecido pequenas e nunca tenham incorporado mais do que uma pequena fração da população regional, a estreita relação entre a indústria e o comércio por elas provocada, paralelamente a uma maior ênfase na tecnologia, preparou as condições para a urbanização que se seguiria. Esse novo estágio adveio com o enorme aumento da produtividade decorrente da difusão do uso da máquina. Quão difícil foi essa transição pode ser percebido nas estatísticas mostrando que, mesmo com a conquista do Novo Mundo, o crescimento da urbanização foi quase imperceptível durante os três séculos que se seguiram à época medieval na Europa. Coligimos estimativas da população em duas e mais épocas em 33 cidades no século XVI, 46 no século XVII e 61 no século XVIII. O crescimento médio durante os três séculos foi menor que 0,6% por ano. As estimativas do aumento da população européia em sua totalidade são de um pouco mais de 0,4%, no período compreendido entre 1650 e 1800. Percebe-se que o aumento da população das cidades em relação ao total da população foi muito pequeno. Considerando apenas as cidades de mais de 100.000 habitantes, a soma de suas populações em 1600 era de 1,6% da população estimada na Europa; em 1700, 1,9%, e em 1800, 2,2%. Às vésperas da revolução industrial, a Europa era uma região quase completamente agrária. Com a industrialização, entretanto, a transformação foi radial. Em 1801, aproximadamente um décimo da população da Inglaterra e do País de Gales estava vivendo em cidades de 100.000 habitantes ou mais. Essa proporção duplicou em um ciclo de 40 anos e quadruplicou em um século. Em 1900 a Grã-Bretanha era uma sociedade urbanizada.” DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: Scientific American Inc. (org.). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Tradução de José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 18-9.

humanidade se urbanizou<sup>3</sup> nestes últimos 200 anos, com severas conseqüências, tanto para os homens quanto em relação à natureza. Se a crescente urbanização iniciou-se na Grã-Bretanha, o seu sucesso econômico modelou toda a Europa continental bem como os Estados Unidos da América, em um primeiro momento, traçando o destino de toda a humanidade posteriormente, com todos os seus desdobramentos atuais.

Com a urbanização, além do aumento das desigualdades sociais e da conseqüente consciência e constante luta de classes, trouxe também um incrível avanço técnico e tecnológico, com avanços significativos na biologia, química, física, ciências exatas, como também nas ciências humanas. Assim, com o aprofundamento das áreas de conhecimento, o mundo moderno<sup>4</sup> que se descortinava ao longo do século XIX e XX, trouxe a especificação do conhecimento humano, bem como o estudo incessante e profundo em cada um dos segmentos destes novos conhecimentos humanos. A técnica humana possibilitou ao homem, por exemplo, extrapolar o seu limitado raio de visão, enxergando o micro e o macro, através dos microscópios e dos telescópios; nas ciências humanas, as relações pessoais foram profundamente impactadas pelas teorias de Sigmund Freud; as ciências médicas conseguiram domar doenças que outrora matavam indiscriminadamente. O gênio humano passou a conquistar uma vida mais saudável e confortável, ao menos para aqueles que tivessem condições de sustentar este novo padrão de vida.

---

<sup>3</sup> “As sociedades urbanizadas, nas quais a maioria das pessoas vive agrupada em cidades, representam um estágio novo, e fundamental, da evolução social. Embora as primeiras cidades tenham aparecido há cerca de 5.500 anos, eram pequenas e rodeadas por uma maioria substancial de gente do campo; e, facilmente regrediam à condição de vilas. As sociedades urbanizadas de hoje, ao contrário, não apenas representam aglomerações humanas de dimensões nunca antes atingidas como também tem uma grande proporção de suas populações concentrada nessas aglomerações.” DAVIS, Kingsley. *A urbanização da humanidade*. In: Scientific American Inc. (org.). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Tradução de José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 13.

<sup>4</sup> “A começar por uma avaliação do termo, ‘moderno’ (*modernus*, lat.) não foi uma palavra criada pela ‘modernidade’, pois suas origens remontam ao século V (para significar o novo, o cristão, em oposição ao velho, ao pagão), como afirma Habermas, encontrando forte *reinscrição* semântica a cada nova época dos sucessivos períodos de transformação da Europa, especialmente durante o Renascimento. Apesar de ser curioso este detalhe etimológico, o termo ganha uso vulgar, sendo muito bem aceito e empregado para designar, sinonimicamente, o novo, o recente, o inovador, o avançado, o atual, o desconhecido, como referência necessária para a oposição ao passado (antigo).” BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 33.

Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 5 – nº 1 - 2014

A vida urbana criou uma nova classe, que se distinguia dos ricos mas que também não eram proletários, a chamada classe média. Oriunda da burguesia, a classe média compreendia uma categoria heterogênea de pessoas, que poderiam ser industriais ou financistas, bem como pequenos lojistas, mas que, de uma forma ou outra, não se enquadravam como proletários. Além destes, a classe média compreendia também os burocratas que serviam ao Estado, profissionais liberais bem como oficiais das Forças Armadas. Com frequência, dentre possíveis divisões da classe média, havia a possibilidade de mobilidade social, em que pessoas poderiam dependendo das suas atividades e aptidões, ascender ou descender na classe média, bem como, em situações extremas, alterar de classe social, tornando-se um cidadão rico ou até mesmo tendo que se sujeitar a se tornar proletário<sup>5</sup>.

A urbanização modificou drasticamente a vida do homem sobre a Terra, a natureza fora domada, uma nova classe surgiu, a classe média, que passou a consumir produtos fabricados em grande escala pelas indústrias, produtos estes que outrora estavam disponíveis tão-somente aos nobres. As relações sociais e pessoais dos homens também se diferenciaram, se antes da urbanização a maior parte das pessoas viviam no campo e se comportavam de uma determinada maneira, a partir da vida urbana, os homens passaram a se relacionar com os outros e consigo mesmo de uma forma diferente. Os homens mudaram. As sociedades mudaram.

Desta drástica modificação das sociedades, leciona Herbert Marcuse:

As conquistas e fracassos dessa sociedade invalidam sua cultura superior. A celebração da personalidade autônoma, do humanismo, do amor trágico e romântico parece ser o ideal de uma etapa atrasada do desenvolvimento. O que está ocorrendo agora não é a deterioração da cultura superior numa cultura de massa, mas a refutação dessa cultura pela realidade. A realidade ultrapassa sua cultura. O homem pode hoje em dia fazer *mais* do que os heróis e semideuses da cultura; resolveu muitos problemas insolúveis. Mas também traiu as esperanças e destruiu a verdade que eram preservadas nas sublimações da cultura superior. Na verdade, a cultura superior esteve sempre em contradição com a realidade social, e somente uma minoria privilegiada gozava de suas bênçãos e representava os seus ideais. As duas esferas antagônicas da sociedade sempre coexistiram; a cultura superior sempre foi

---

<sup>5</sup> BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 36. ed. São Paulo: Globo, 1995. v.2. p. 534-5.

acomodativa, enquanto a realidade raramente foi perturbada por seus ideais e sua vontade.<sup>6</sup>

Com os avanços tecnológicos e sanitários, a expectativa de vida das pessoas começou a aumentar, doenças deixaram de matar, propiciando um grande aumento da população mundial<sup>7</sup>. O homem moderno domou a natureza selvagem, domesticou-a a seu proveito, passando a utilizar cada vez mais espaços naturais à satisfação das suas necessidades. As cidades cresceram onde antes haviam florestas, estradas foram abertas, campos para a criação de animais foram desbravados, rios foram represados para a coleta de água potável e para a geração de energia, carvão e mais tarde petróleo foram retirados das entranhas da terra para a produção de energia, etc. Fisicamente, o planeta após a urbanização da humanidade e da conseqüente e constante busca da satisfação das novas necessidades urbanas, fora alterado pelas mãos do homem como nunca antes na história da humanidade. Obviamente estas alterações físicas alteraram igualmente a psique humana, pois doravante os homens vivem em um ambiente urbano, completamente distinto do rural, o que denota uma nova categoria de valores aos homens.

É certo que a urbanização da humanidade trouxe consigo a aglomeração humana em um pequeno espaço físico, uma situação que potencialmente gera enormes dificuldades na esfera social. Porém, necessário enfatizar que quando se trata do tema da aglomeração humana, invariavelmente está-se diante da chamada “sociedade de massa”. Infelizmente, a sociedade de massa tende a apagar a individualidade, fato que fora amplamente explorado pelos governos autoritários do século XX, em que o indivíduo se torna tão-somente uma estatística em meio a multidão.

Conceituar sociedade de massa torna-se, desta forma, um assunto incrivelmente complexo, que fora explorado por Agnes Heller, que assim se posiciona:

---

<sup>6</sup> MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 69.

<sup>7</sup> A humanidade contabilizou 1 bilhão de habitantes no planeta pela primeira vez na história no ano de 1804. Desde então, os números da população mundial só vem crescendo: 2 bilhões em 1927, 3 bilhões em 1959, 4 bilhões em 1974, 5 bilhões em 1987, 6 bilhões em 1999, e, 7 bilhões em 2011. BUARQUE, Daniel. População mundial chega a 7 bilhões de pessoas, diz ONU. **G1**, São Paulo, 26 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/populacao-mundial-chega-7-bilhoes-de-pessoas-diz-onu.html>>; acesso em 6/2/2012.

Digamos ainda algo sobre a relação entre o indivíduo e a massa, questão que frequentemente se põe de contrabando em nossa problemática, ainda mais injustamente, sem dúvida, que as demais. Sociedades, classe, grupo, estamento, comunidade, etc., são efetivamente categorias de uma *esfera homogênea* de estruturação da sociedade; ao contrário, a relação entre indivíduo e massa é heterogênea. A massa é co-participação de muitos homens numa ação determinante, que pode se expressar tanto através de uma ação comum idêntica quanto de um comum ‘papel de coristas’. Ambas as coisas – a ação comum e o papel de acompanhamento – podem ser casuais (por exemplo, quando as reações em face do incêndio de um teatro), mas também podem ser não-casuais (por exemplo, numa manifestação). Para a massa, para a multidão, o interesse e a finalidade comuns, a função comum, não são características necessárias na mesma medida em que o são para os grupos sociais estruturadores; reciprocamente, para tais grupos, não é característica necessária a atividade comum ou a comum função do coro. Um grupo ou comunidade jamais pode ser uma ‘massa’, pois está sempre articulado e estratificado, ao passo que na ação comum a massa pode perfeitamente aparecer não-estratificada e não-articulada. É evidente que esse ‘pode’ admite a existência do caso contrário: não é raro que a multidão apareça como uma ‘comunidade’. Assim, por exemplo, numa manifestação de Primeiro de Maio, a multidão pode ser representante, nas ruas, de uma comunidade determinada, com interesses e objetivos comuns, e, portanto, pode-se entendê-la nesse caso como uma entidade organizada, estruturada, de nenhum modo casual.

(...)

Nesse sentido, costuma-se falar de ‘sociedade de massas’. A palavra ‘massa’, com efeito, tem nesse contexto um sentido bastante lato. Não se trata de co-presença efetiva, de um comum papel físico de coro. O que se deseja significar com essa expressão é, sobretudo, que uma sociedade dada favorece exclusivamente – ou em primeiro lugar – a estruturação interna na qual não se podem desenvolver nem a individualidade, nem a coletividade; a sociedade dos homens, então, passa a expressar-se desde o primeiro momento como se todos formassem uma multidão manipulada e como se todos os lados dominasse uma atitude de dispersão. ‘Sociedade de massas’, portanto, é uma expressão metafórica para descrever uma sociedade conformista manipulada.<sup>8</sup>

Considerando que a humanidade urbanizou-se e que este é um processo sem volta, as sociedades democráticas devem empenhar-se para que a vida do indivíduo<sup>9</sup> que vive na coletividade social seja preservada, que a pessoa humana não seja tratada como mero dado estatístico de um governo, devendo-se preservar a individualidade de cada cidadão<sup>10</sup>, bem como o respeito aos direitos fundamentais de cada um os indivíduos

---

<sup>8</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 1992, p. 69-70.

<sup>9</sup> “O indivíduo, como membro de uma sociedade, tem m comportamento modelado em função de suas potencialidades hereditárias e das normas e padrões de sua cultura. Participa, desde o nascimento, de um sistema social, sendo herdeiro de uma tradição cultural mantida pelos seus antepassados e transmitida de geração em geração.” MARCONI, Mariana de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia** uma introdução. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 193-4.

<sup>10</sup> “(...) o indivíduo é moldado por fatores culturais e sociais, mas conserva a sua capacidade de pensar, sentir e agir com independência, resguardando a sua individualidade. Não é possível encontrar duas

Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 5 – nº 1 - 2014

inseridos em uma determinada sociedade, como forma de respeito ao princípio da dignidade da vida humana, sendo certo que o respeito e a luta pela democracia participativa e inclusiva, invariavelmente protegerá as massas<sup>11</sup>.

### 3. A industrialização do Brasil

O Brasil colônia experimentou o florescimento de uma pequena indústria, que atendia em parte as necessidades locais, contudo, a abertura dos portos em 1808 e o livre comércio exterior estabelecido a partir de então às nações amigas, aniquilou esta artesanal e rudimentar indústria que se estabelecera. Ao longo do século XIX, mesmo no Brasil imperial, a indústria não conseguiu se desenvolver por uma série de deficiências, sendo as principais a falta de energia, a deficiência de um mercado consumidor, falta de mão-de-obra especializada, além da ausência de uma siderúrgica em território nacional, elemento essencial ao florescimento de uma base industrial.<sup>12</sup>

A economia brasileira do século XIX permanecerá focada na atividade rural com objetivo predominante de exportação dos seus produtos primários, importando as manufaturas que se faziam necessárias ao pequeno mercado consumidor, notadamente a elite política e econômica brasileira. A principal atividade econômica brasileira era a produção de café, que gerou um acúmulo de capital<sup>13</sup> no território do atual estado de São Paulo, gerando um ciclo de investimentos que possibilitaria a criação de uma indústria expressiva nesta região, trazendo consigo uma crescente população atraída pela riqueza acumulada. Este acúmulo de capital em São Paulo, bem como no Distrito Federal (na época a cidade do Rio de Janeiro), Minas Gerais e Rio Grande do Sul, fez com que o número de indústrias saltasse de 200 em 1881 para 3.258 em 1907, quando

---

peças exatamente iguais, apesar da influência decisiva da sociedade e da cultura". MARCONI, Mariana de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 195.

<sup>11</sup> BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 199-200.

<sup>12</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 257-9.

<sup>13</sup> "A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis." MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 99.

realizou-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras, sendo certo que São Paulo se tornara o maior produtor nacional, acumulando 40% da indústria brasileira.<sup>14</sup>

Em relação à força de trabalho, ao longo do século XIX iniciou-se um debate sobre as formas de se manter a produção rural que estava baseada no escravismo de origem africana secular em nosso território, sem os escravos negros. Houveram casos, em 1857, de tráfico de chineses para o Brasil, mas a solução encontrada pelo Império para o problema da mão de obra, seria a imigração de origem européia. O início da imigração de europeus que vieram trabalhar, ocorreu porque a esmagadora maioria deles eram proletários e viviam a beira da miséria em seus respectivos países, podendo se “nivelar” em condições de trabalho dos negros nas fazendas brasileiras<sup>15</sup>. Com o passar do tempo, estes imigrantes formaram-se colônias de diversos povos em muitas localidades brasileiras, que gradativamente influenciariam o modo de vida e hábitos, inclusive alimentícios e comerciais, de muitas regiões no Brasil. Com a colonização européia, principalmente italiana e alemã<sup>16</sup>, e, posteriormente japonesa, havia mão-de-

---

<sup>14</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 259-61.

<sup>15</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2. p. 291-335.

<sup>16</sup> “A passagem do sistema feudal para o de produção capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi a época em que isso aconteceu. Os pilares dessa passagem foram: a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo e conseqüente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e, por fim, a transformação deste em mão-de-obra para a indústria nascente.

À medida que se implantava tal processo, foi liberando um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países como a Itália e Alemanha, por exemplo, não tinha condições de absorver. Isso, aliado a um crescimento demográfico nunca visto, como o ocorrido no século XIX, quando a população da Europa aumentou em duas vezes e meia, ao avanço da tecnologia, que permitiu que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas, e à melhoria sem precedentes dos transportes, pôs à disposição do mercado verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados.

Foi exímia a habilidade do capital em gerar um exército de trabalhadores, condição *sine qua non* para sua multiplicação incessante. Mas quando o número de desempregados, impossível de ser absorvido no novo sistema, começou a constituir ameaça, foi preciso tomar providências imediatas. A fome, associada à miséria e ao desespero, poderia com certeza desencadear revoltas populares em escala incontrolável, o que os donos de indústrias queriam evitar a qualquer custo.

Emigrar foi a solução ideal encontrada, uma vez que esse panorama geral harmonizava-se perfeitamente com as necessidades dos novos países – Estados Unidos, Argentina e Brasil –, que por motivos variados iniciaram um grande movimento de atração de imigrantes para suas terras.” ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 5 – nº 1 - 2014**



obra suficiente no Brasil para que houvessem condições da alteração da força de trabalho. Certamente este motivo prático, estendeu de forma incrível o escravismo no Brasil, até 1888, em que a escravatura fora abolida. Infelizmente, para os senhores, ocorrera apenas a alteração da mão-de-obra, para os negros libertos, a tão sonhada liberdade veio acompanhada do total abandono, com conseqüências sociais sentidas até os dias atuais. Seja como for, um dos motivos da não industrialização brasileira no século XIX estava paulatinamente sendo contornada, pois doravante, haveria mão-de-obra disponível e o início de formação um mercado consumidor futuro.

Já no início do século XX, em que pese as possibilidades decorrentes da Grande Guerra de 1914-18, que possibilitou por um lado ao aumento das exportações brasileira aos países beligerantes e, por outro lado, praticamente interromperam o envio de manufaturas para o Brasil, em virtude dos seus respectivos esforços na Guerra, a indústria nacional não crescera por falta de um mercado de capitais que possibilitasse um grande investimento no setor produtivo, faltou alguma forma de incentivo; além do que o mercado consumidor nacional ainda não se desenvolvera e faltava infra-estrutura. Em 1920, a indústria brasileira continuava praticamente do mesmo tamanho que em 1907 e permaneceria dispersa e com uma produção praticamente exclusiva aos mercados locais, não almejando o mercado nacional, muito menos o internacional.

O surto de crescimento industrial ocorreria na década de 1930, através das políticas intervencionistas do governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 30 e que continuariam durante o Estado Novo após 1937. Vargas passou a comandar um verdadeiro Estado populista<sup>17</sup>, rompendo com o pensamento do liberalismo econômico e da *Laissez Faire*, instaurando uma política de intervenção estatal dirigindo a economia

---

**da vida privada no Brasil.** República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 3. p. 219-20.

<sup>17</sup> “(...) a implantação do Estado populista no Brasil reflete, de um lado, a modificação da correlação de forças no seio das classes dominantes em prol de novos segmentos com base na acumulação industrial e financeira e em detrimento dos segmentos agroexportadores, e, do outro lado, a institucionalização do poder político das forças populares, que vinham conquistando espaço no cenário político do país já há algumas décadas. Daí a importância da ideologia desenvolvimentista populista, que incorporava a emergência das ‘massas’ no jogo político nacional, ao mesmo tempo em que as entorpecia e submetia ao projeto de desenvolvimento capitalista.” MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1984, p. 30.

com a manipulação de incentivos fiscais e agindo diretamente realizando obras de infraestrutura, construindo portos, ferrovias, hidroelétricas, serviços públicos, entre outros. Em outra frente de atuação, o governo federal estimulou os empresários particulares a investirem seu capital em atividades produtivas e industriais<sup>18</sup>.

Nesta época, o Brasil estabelecera a base para a criação da indústria pesada, criara as condições estruturais de investimento, já possuía recursos humanos e começou também a formar um mercado consumidor interno capaz que gerar demanda que justificassem o investimento. Contudo, faltavam dois requisitos essenciais, um grande fluxo de capital monetário e uma indústria siderúrgica. E 1940, foi criada a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, que criaria a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, RJ, no ano de 1941. No final da década de 1930, Getúlio Vargas era um ditador que comandava o país sob o regime do Estado Novo e tentava se alinhar à Alemanha nazista com a promessa da construção de uma indústria siderúrgica em território nacional. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os Norte Americanos perceberam uma dupla oportunidade de negócios e de geopolítica no Brasil: primeiro, um enorme potencial de investimento do seu capital, segundo, a possibilidade de utilização de bases militares no esforço de Guerra, notadamente no nordeste para a invasão da África. Com a adesão formal do Brasil aos Aliados em 1942 no esforço de Guerra, inclusive com o envio futuro de tropas à Europa, o investimento necessário à indústria siderúrgica estava completo<sup>19</sup>, o que impulsionaria a indústria nacional no período democrático, pós Estado Novo, que se seguiria entre 1946 até 1964. O grande salto da indústria brasileira ocorreria durante o governo de Juscelino Kubitschek, com destaque para a seguinte passagem:

---

<sup>18</sup> O incentivo público do governo federal na década de 1930 responde as seguintes indagações que podem ser formuladas dos motivos que levam a uma classe que detém o capital a investi-lo na atividade produtiva: “Indagar as origens do capital industrial significa esclarecer três problemas: 1) de que modo uma classe social pode dispor, numa conjuntura determinada, de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial; 2) por que esta classe portadora de capacidade de acumulação se sentiu estimulada a converter capital monetário em capital industrial, tomando decisões de investir distintas das tradicionais; e 3) como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção, constituindo a grande indústria.” MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 99-100.

<sup>19</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 65-9.

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu ‘cinquenta anos de progresso em cinco de governo’ e não há dúvida que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pela indústria de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina.<sup>20</sup>

Diante da criação de uma indústria pesada, todos os fatores de produção estavam alinhados ao desenvolvimento econômico brasileiro. Porém, o Brasil se industrializara de uma maneira muito rápida, uma verdadeira “Revolução Industrial brasileira”<sup>21</sup>, e como reflexo desta enorme expansão industrial e econômica ocorrida seria, entre outros, o crescimento exponencial e desordenado dos grandes centros urbanos brasileiros bem como o aumento gradativo das desigualdades sociais discriminatórias entre as classes privilegiadas e os proletários e excluídos sociais.

#### 4. A urbanização brasileira e o abismo social

Como analisado anteriormente, a sociedade brasileira vivenciou uma forte e enorme expansão da economia industrial que, em poucas décadas inseriu o Brasil no mundo moderno, vislumbrando da mesma forma, um enorme crescimento das cidades, sendo certo que “quanto mais tarde um país se torna industrializado, tanto mais rápida a sua urbanização”<sup>22</sup>. O investimento maciço na indústria, que tal qual ocorrera no século anterior na Europa, se situavam nos centros urbanos, atraiu um volume expressivo de pessoas para as cidades, que da mesma forma, cresceram radicalmente. Sobre este período da história brasileira, destacamos a seguinte análise:

Num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos

---

<sup>20</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 204.

<sup>21</sup> QUEIROZ, Rachel. As grandes mudanças. In: SOBRAL, Marisa (org.). **Para entender o Brasil**. São Paulo: Alegro, 2001, p. 275.

<sup>22</sup> DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: Scientific American Inc. (org.). **Cidades:** a urbanização da humanidade. Tradução de José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 19.

70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos. Fabricávamos quase tudo. O aço, até aços especiais, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Cosipa, na Usiminas, na Acesita, em Tubarão, etc. Saíam da Petrobrás e de suas subsidiárias, da indústria petroquímica, o petróleo e seus derivados, a gasolina, o óleo diesel, o óleo combustível, o asfalto, o plástico, o detergente, vários outros materiais de limpeza, os produtos que permitem a fibra sintética, etc. A engenharia brasileira erguera hidroelétricas gigantescas, equipadas com geradores e turbinas nacionais, de Furnas, Três Marias e Urubupungá até Itaipu. A indústria do alumínio era uma realidade, a do cimento, a do vidro e a do papel cresceram e se modernizaram; as indústrias tradicionais, de alimentos, a têxtil, de confecções, calçados, bebidas, móveis também. A indústria farmacêutica e a de produtos de beleza deram um salto extraordinário. Desenhamos um sistema rodoviário que cortava o Brasil de ponta a ponta, com algumas estradas de padrão internacional, as primeiras a Via Dutra, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, a Via Anchieta, de São Paulo a Santos, e a Via Anhanguera, de São Paulo a Jundiaí e, depois, até Campinas. Podíamos levantar arranhacéus altíssimos, feitos de aço, concreto e vidro, equipados com elevadores nacionais. Produzíamos automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, tratores.<sup>23</sup>

O crescimento das cidades brasileiras procedeu-se quase sem nenhum planejamento urbano, simplesmente as indústrias se instalavam em um determinado local em função de atrativos econômicos, e as pessoas, em um processo migratório interno<sup>24</sup>, se deslocavam do campo para as periferias das cidades, em um verdadeiro êxodo rural em que as pessoas deixavam o meio rural miserável para tentar uma vida melhor nos centros urbanos. Assim, os núcleos desenvolvidos das cidades passaram a acomodar às pessoas de renda alta, em locais em que havia infra-estrutura urbana já instalada, como pavimentação das ruas, energia elétrica, água, esgoto, etc. Por outro lado, as pessoas de renda baixa, que se deslocavam a procura de emprego nas indústrias, tal qual os proletários europeus oitocentistas, viviam em áreas marginais, periféricas, geralmente sem qualquer atendimento dos serviços públicos.

Em relação a esta forma de ocupação urbana e densidade populacional, destacamos a seguinte passagem:

---

<sup>23</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 562-3.

<sup>24</sup> (...) migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas!”. MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 581.

Socialmente falando, baixas densidades de ocupação estão comumente associadas à alta renda dos habitantes e a um número limitado de contatos sociais e encontros casuais imposto pela tipologia do assentamento, como exemplifica a tipologia urbana de Brasília, particularmente no Plano Piloto. Altas densidades estão geralmente associadas à baixa renda, com maiores oportunidades e intensidade de contatos sociais e com uma maior dinâmica dos sistemas de encontros casuais. Altas densidades também estão associadas a situações conflituosas geradas pela intensa 'disputa' por espaço, circulação e privacidade. Os impactos da densidade urbana também são influenciados pela qualidade do desenho urbano, pela forma com que as edificações e espaços são projetados e conectados entre si, e pelo modo com que os moradores e usuários se comportam entre si e em relação ao próprio ambiente urbano constituído.<sup>25</sup>

Juntamente com o crescimento econômico da economia, em termos macro, bem como desordenação da ocupação urbana nos grandes centros brasileiros, ocorreu de forma patente a acumulação de riqueza por poucos indivíduos da sociedade e a formação de uma classe média, que juntas passaram a concentrar a riqueza produzida por toda a sociedade, aumentando cada vez mais ao longo das décadas que se seguiram desde a industrialização, a concentração de renda e as desigualdades sociais dos proletários e excluídos, que somam milhões em contraste com poucos de alta e média renda. Neste momento histórico, em meados da década de 1960, os ideais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que iniciara seus trabalhos na década de 1940, começaram a surtir efeitos práticos, do ponto de vista econômico, posto que conseguiram implantar no Brasil um indústria de base relevante, contudo, não preveram os impactos sociais destas políticas econômicas, conforme assevera Guido Mantega:

Qual era o panorama da América Latina no início dos anos 60, uma década após o surgimento do ideário cepalino e de sua adoção em vários países desse continente? No caso do Brasil, que seguira suas principais determinações, verifica-se a consolidação de uma estrutura econômica capitalista, com capacidade própria de acumulação, dominada por oligopólios nacionais e estrangeiros, e com forte participação estatal na economia. Já se implantara no país um setor considerável de bens de capital, ao lado da produção de bens intermediários e bens de consumo final, articulados por uma infra-estrutura de transportes e serviços vários, de modo a constituir uma economia relativamente integrada (pelo menos no pólo mais desenvolvido do Centro-Sul), bem de acordo com os ditames da CEPAL.

Então, do ponto de vista estritamente econômico, a estratégia cepalina deu certo, com o país centrado num desenvolvimento 'para dentro' baseado no setor industrial e com razoável capacidade de autopropulsão. Porém, tudo isso não modificara as condições sociais do grosso da população, que continuavam iguais ou até pioraram,

---

<sup>25</sup> ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana:** um instrumento de planejamento e gestão urbana. Tradução de Claudio Acioly. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 35.  
Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 5 – nº 1 - 2014

conforme começavam a assinalar os estudos da própria CEPAL feitos no início dos anos 60.<sup>26</sup>

Desfloraram, desde então, sentimentos de desilusão com o processo de industrialização do Brasil que, se por um lado conseguira fomentar a indústria nacional, por outro aprofundara ainda mais as desigualdades sociais já existentes, fazendo com que as desigualdades sociais persistissem<sup>27</sup>. As classes sociais continuaram como uma realidade social e, ao invés de diminuir as suas diferenças, aprofundaram-se, excluindo milhões de brasileiros do processo de geração de riqueza, operando-se uma forma de luta de classes nas décadas de 1960 e 1970, nos moldes brasileiros e aliada a luta em decorrência dos eventos políticos de março de 1964 que mergulhariam o Brasil em um novo período ditatorial que perduraria 21 anos.

Em relação a esta luta de classes, se destaca o pensamento de Nicos Poulantzas:

O lugar econômico dos agentes sociais desempenha um *papel principal* na determinação das classes sociais. Do que não se deve concluir, todavia, que este lugar basta para a determinação das classes sociais. Com efeito, para o marxismo, o econômico desempenha efetivamente, o papel determinante num modo de produção e numa formação social; porém, o político e o ideológico – ou seja a super-estrutura – desempenha, igualmente, um papel importante. De fato, sempre que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam a único critério econômico, mas se referem, explicitamente, a critérios políticos e ideológicos.

Pode-se dizer, assim, que uma classe social se define por seu lugar no conjunto das práticas sociais, ou seja, por seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. Este lugar cobre a *determinação estrutural* das classes, quer dizer, a existência da determinação da estrutura – relações de produção, lugares de dominação, subordinação ideológica – sobre as práticas de classe (as classes não existem senão quando em luta de classes), o que adota a figura do efeito de uma estrutura sobre a divisão social do trabalho. Porém, assinalemos que esta determinação das classes, que não existe, assim, senão como luta de classes, deve-se distinguir da *posição de classe* na *conjuntura*; insistir sobre a importância das relações políticas e ideológicas na determinação das classes e sobre o fato de que as classes sociais não existem senão quando há *luta de classes*

<sup>26</sup> MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1984, p. 43.

<sup>27</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de (orgs.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 406-22.

não poderá levar-nos a reduzir, de maneira ‘voluntária’, a determinação das classes à posição das classes.<sup>28</sup>

Nas últimas décadas, com o retorno da democracia no Brasil em 1985, bem como os efeitos da queda do muro de Berlim<sup>29</sup>, colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o capitalismo se consolidou em todas as sociedades, como o único sistema econômico vivente na atualidade, em que pese às sucessivas crises financeiras. Como um dos legados do capitalismo, da industrialização e da urbanização brasileira, temos atualmente uma sociedade altamente desigual<sup>30</sup>, com enormes contrastes entre nossos cidadãos, neste contexto, surge à necessidade da sociedade, do Estado e do direito, de criarem formas e mecanismos da para paulatina, gradativa e exaustiva tarefa de tentar, se não eliminar, ao menos diminuir, as desigualdades sociais brasileiras.

## 5. Consumo, individualismo e consumismo

O consumo é inerente ao homem, assim como para qualquer organismo vivo, que necessita consumir para manter-se vivo. Enquanto o homem manteve uma relação de interdependência com a natureza, houve um consumo equilibrado as necessidades humanas alinhado às possibilidades naturais. Ao longo da história, a humanidade nas suas mais distintas culturas e sociedades, de uma forma ou de outra mantiveram uma

---

<sup>28</sup> POULANTZAS, Nicos. As classes sociais (parágrafos corrigidos). In: ZENTENO, Raúl Benítez (org.). **As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977, pgs. 141-2.

<sup>29</sup> “A revolução recuperadora tomou seus meios e seus padrões emprestados ao conhecido repertório das revoluções da modernidade. Surpreendentemente, foi a presença das massas, aglutinadas nas praças e mobilizadas nas ruas, que derrotou um regime armado até os dentes. Foi aquele tipo de ação espontânea das massas, que já se acreditava estar morto, e que já servira de modelo a tantos teóricos da revolução. Pela primeira vez, essa ação desenvolveu-se no espaço não clássico de uma arena mundial, criada pelos sempre presentes meios de comunicação de massa, e observada por espectadores participantes e que tomavam partido. Mas as exigências revolucionárias extraíram sua força e legitimidade dos ideais de soberania popular e de direitos humanos. Assim, a história acelerada desmentiu a imagem da estática pós-história. Ela destruiu o panorama pós-moderno de uma burocracia cristalizada e paralisada, afastada de qualquer legitimidade e universalmente difundida.

Na verdade, o que se anuncia com o desmoronamento revolucionário do socialismo burocrático é um grande passo em direção à modernidade – o espírito do Ocidente alcança o Oriente, não só com a civilização tecnológica, mas também com sua tradição democrática.” HABERMAS, Jürgen. A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa o socialismo hoje? In: BLAKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Tradução de Luis Krausz. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, p. 51.

<sup>30</sup> PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p. 10-1.

relação de equilíbrio com a natureza, extraindo matérias-primas e modificando-as para o consumo humano, fossem gêneros alimentares, fossem mecanismos construídos pelo homem que facilitassem a sua vida.

Na Europa medieval, os bens eram produzidos pelos artesãos das corporações de ofício, que invariavelmente seriam consumidos pelas pessoas da sua cidade, sendo que, se por um aspecto já se previra o protecionismo de mercado, por outro, contavam com alguma proteção, mesmo que indireta, de qualidade do produto e de proteção ao consumidor<sup>31</sup>. Boa ou má, esta prática fora extinta após a Revolução Industrial, onde os produtos passaram a ser produzidos em larga escala, sem qualquer preocupação com o consumidor.

Decorridos mais de 200 anos da Revolução Industrial, as sociedades atuais do século XXI são todas, em maior ou menor grau, sociedades de consumo, considerando o aumento progressivo das populações mundiais, bem como da oferta de produtos cada vez mais variados. O imenso desenvolvimento do mercado consumidor ocorreu na segunda metade do século XX, no período do pós-guerra, na abundância da produção e de variação itens de consumo, na evolução tecnológica, na introdução de novas técnicas de comercialização, na expansão dos transportes e das comunicações, criando sociedades altamente interligadas, globalizadas.

Pode-se afirmar que o sucesso econômico dos Estados Unidos da América, bem como da Europa ocidental, influenciaram praticamente todas as sociedades mundiais, forjando o que se denomina “ocidentalização do mundo”<sup>32</sup>, moldando novos padrões de consumo, onde todos tentam seguir o modelo modernizador, bem como individualizador, urbanizador, industrializador, mercantilizador, racionalizador e, principalmente, consumidor das nações capitalistas bem sucedidas em termos econômicos. A globalização modernizante imbui nas diversas sociedades espalhadas pelo planeta um sentimento de crescimento e de desenvolvimento econômico, de

---

<sup>31</sup> PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1973, p. 191-2.

<sup>32</sup> IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 97-115.



evolução social através das noções ocidentais de “legitimidade, legalidade, representatividade, governabilidade, sufrágio, partido político, divisão de poderes governamentais em legislativo, executivo e judiciário, o que pode propiciar as condições construção da soberania, da hegemonia e da cidadania.”<sup>33</sup> Contudo, estes ideais racionalistas modernos criam uma ilusão de que o mundo deve se integrar, aos moldes ocidentais, impondo formas de consumo e padrões culturais previamente estabelecidos, que tendem a ignorar modos, costumes, tradições e formas de consumos locais. O mundo globalizado, está criando a mundialização dos padrões de consumo em suas mais diversas feições, tais como comidas, roupas, ferramentas de tecnologia, internet, comunicação, cultura, viagens, etc., enfim, comportamentos sociais<sup>34</sup>.

Nas sociedades atuais, tudo o que é produzido é vendido. O marketing e a publicidade incutem na sociedade, e por consequência em cada indivíduo, a necessidade de consumir produtos novos que a indústria não cessa de alocar no mercado. Nesta ânsia de consumo desenfreado, o individualismo aflora nas pessoas, o *ter* passa por uma maior valorização na sociedade do que o *ser*.<sup>35</sup> O homem que *tem* começa a ser invejado pelos demais da sociedade, levando a um círculo vicioso de consumo desenfreado na

---

<sup>33</sup> IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.111.

<sup>34</sup> DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 138-9.

<sup>35</sup> “(...) se existem dois modos de vida, o modo ser e o modo ter, o nosso momento é de prevalência do modo ter, para seguir as lições de Erich Fromm a respeito do tema. Assim, até mesmo *ser* e *ter* se confundem. Isso porque a reificação dos valores torna possível que o *ser* de nosso tempo se esgote no modo *ter*, e considerar que se pode *ter* o *ser*. Nossa época dessa forma paradoxal é a do *ser* o *ter* e *ter* o *ser*. Dupla possessividade produz louvor a um duplo materialismo, o que subverte os valores para antepor a eles as coisas e o que faz com que os valores se alojem no interior das coisas mesmas. O indivíduo se coisifica no que tem, e espiritualiza as coisas que possui. Isso significa a objetivação da vida. Estamos numa sociedade focada nas coisas e não nas pessoas, de modo que o que se tem é um modelo prevalecente responsável por produzir uma sociedade doente. A sociedade assim fundada é aquela que foi assenhorada pela dinâmica do capital. A sociedade assim definida nada mais é do que uma sociedade que exhibe o seu caráter anal de forma sistêmica e neurótica.

(...)

O indivíduo pós-moderno não é livre, senão em imagens evocadas por *outdoors* e propagandas televisivas; ele é controlado, monitorado, determinado e insculpido pelos fluxos e refluxos do mercado. Sua essência está fora de si; sua essência não é autoconsciência. Se o mercado se incrementa a todo tempo, se estar no mercado significa enfrentar a concorrência infinitamente crescente dos competidores, o mercado só pode ser visto como o lugar de permanente projeção do *novo*. Não importa o que seja e do que se trate, o sucesso do *novo* está em sua aprovação e consolidação como um *novo* aceite, ou seja, o próprio ato de consumo se torna uma forma de mensuração da plausibilidade da *novidade*.” BITTAR, Eduardo C. B. **Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 78-80.

sociedade, em que os outros passarão a desejar um objeto que o outro possui, e, quando muitos tiverem um determinado produto, outro será lançado, levando a uma nova onda de consumo. Desta necessidade compulsiva de consumo, de querer o que o outro tem, leva as pessoas da sociedade a um processo de profundo individualismo, em que elas passam a se importar apenas em *ter* algo para si mesmas, pouco se importando com as demais pessoas da sociedade ou com os impactos econômicos, ambientais ou sociais deste consumismo e individualismo desenfreado. O individualismo leva à individualização, importar-se tão-somente em si, em um processo que leva ao homem ignorar o seu semelhante que não consegue sequer consumir o mínimo à uma existência digna. O homem neste processo de individualização não se importa com o espaço coletivo, com os laços sociais, com as diferenças sociais que desfloram na sociedade; projeta-se a perda da noção de totalidade; e, quando muitos indivíduos da sociedade assim vivem, opera-se narcisismo coletivo. Este é um dos paradoxos<sup>36</sup> do nosso tempo, o respeito pelo indivíduo que, em um mundo capitalista, desemboca no individualismo.

O individualismo e o consumo desenfreado, ou consumismo, gera além dos reflexos sociais e humanos já suscitados, um resultado físico, em que tudo o que se

---

<sup>36</sup> “Chegamos enfim ao paradoxo: o tão decantado individualismo leva ao esmagamento do indivíduo como pessoa. Isto é, à perda de qualquer horizonte de vida fora da competição selvagem, implacável, diuturna, do consumismo exacerbado, do narcisismo, que aparece no ‘culto ao corpo’, na obsessão pela saúde, no medo da velhice, no pânico da morte, na identificação com todos os que conseguiram se subtrair, pela fama, ao rebanho.

É nesse caldo do que Jurandir Freyre Costa chamou de ‘cultura da sobrevivência’ que florescem outras síndromes de nossa patologia social. Como o indivíduo está esmagado por engrenagens sociais que desconhece, surgem para socorrê-lo pastores eletrônicos, magos, astrólogos, tarólogos, adivinhos, etc. Ao avanço do neopentecostalismo, parcela da Igreja católica replica com a prática dos ‘carismáticos’; as pressões de Roma contra a Teologia da Libertação são crescentes. Como não há justiça eficaz nem instituições sociais bem estruturadas, as pendências pessoais e os dramas individuais são expostos e ‘resolvidos’ nos programas ‘mundo cão’. Como não há intimidade autêntica, trata-se de vulgarizá-la, nos verdadeiros espetáculos de exploração do sexo que vão tornando algumas telenovelas, alguns filmes, a propaganda. Como não há alegria verdadeira, é preciso fabricá-la, mesmo que seja às custas da piada grosseira ou da ‘dança da garrafa’ da ‘dança da bundinha’ ou da ‘dança da manivela’. Nesta mesma decida, está do Disk-Sexo, nas suas várias vertentes. Ou o uso do sentimentalismo fácil para criar emoções. Ou a degradação do gosto musical. E, enfim, o círculo vicioso da te-ratologia: toda esta *selva selvaggia* promove a difusão de numerosas publicações de revistas especializadas e até livros, de toda uma literatura de sortilégios e auto-ajuda, que alcançam grande êxito editorial; os altos lucros obtidos, por sua vez, estimulam a difusão daquelas práticas, e entramos no círculo infernal da modernidade monstruosa que se auto-reproduz.” MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 656-8.

consome, invariavelmente produzirá toneladas sem fim de lixo, ou em termos jurídicos, resíduos sólidos. Portanto, um dos grandes desafios da sociedade brasileira atual é oferecer uma destinação segura, econômica, social e ambiental a todos os resíduos sólidos produzidos por nossa atual sociedade consumista.

## 6. A Política Nacional de Resíduos Sólidos

A profunda modificação da sociedade e do modo de vida das pessoas após a drástica e acelerada urbanização do Brasil, projetou um fato social extremamente relevante, decorrente da imensa quantidade de resíduos sólidos doravante produzidos. Houve a necessidade, com o passar do tempo, da legislação pátria regular uma mudança que já se fazia necessária à muito tempo, qual seja, a elaboração de uma legislação específica para proceder à correta destinação dos resíduos sólidos. Desta necessidade de mudança social, o direito regulou-a através da política nacional de resíduos sólidos, instituída pela Lei n. 12.305 de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto n. 7.404 de 23 de dezembro de 2010<sup>37</sup>. Neste sentido, a Lei introduz na sociedade brasileira, além da obrigatoriedade de se destinar corretamente os resíduos sólidos, alguns mecanismos de mudança social, econômica e ambiental.

Em relação ao papel transformador do direito na sociedade, José Reinaldo de Lima Lopes leciona que:

Como detectar as mudanças? Quais os seus aspectos relevantes? Em que se distingue a observação sociológica da histórica, visto que a mudança é inserida na esfera do tempo e da ação? Como mensurar mudanças? Tais são, entre muitos outros, alguns dos problemas teóricos colocados. Parte de sua razão está no fato de que pelos mecanismos de socialização existentes em todas as sociedades, os novos membros, sejam as novas gerações, as crianças que nascem, sejam aqueles incorporados de outras formas (estrangeiros, imigrantes, migrantes, vencidos e cativos de guerra, etc.) são levados por várias instituições sociais para isto existentes a crer na permanência e na identidade das estruturas e relações sociais como a regra. Vêem o passado como prolongamento e continuação de seu presente e projetam para o futuro a mesma continuidade. Quando a socialização não gera suficiente conformismo, ao contrário, dando-se conta desta continuidade como um peso, ou desta falsa continuidade como uma mistificação, sonham com um futuro diferente, promovem de formas diversas uma espécie de resistência à socialização que afirma a

---

<sup>37</sup> BRASIL. **Legislação de direito ambiental**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 879-96.  
Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 5 – nº 1 - 2014

permanência pura e simples das coisas como estão, elaboram estratégias e projetos de ruptura com a continuidade real ou aparente.<sup>38</sup>

E continua o autor:

A razão de ser deste processo de identificação da totalidade do sistema jurídico com a 'cultura jurídica' está no fato de que esta é responsável pelo dinamismo normativo (regras) e institucional (aparelhos). Regras enunciadas de modo semelhante podem ser experimentadas ou vividas de modos distintos. Conseqüentemente, mudanças ocorridas na cultura jurídica são mudanças que repercutem em todo o sistema jurídico, ou seja, expendem-se para as normas (decisões, normas individuais, processo de aplicação, legislação, etc.) e para o sistema. Nas tentativas de reforma ou, ao contrário, resistências surdas às reformas, também conta a cultura jurídica. (...)

Mudanças na cultura jurídica podem ocorrer em várias esferas. Podem dizer respeito ao nível de profissionalização de grupos determinados (juízes, promotores, legisladores, advogados, delegados de polícia) e funções. Nesse âmbito, tem importância a forma do ensino: se o treinamento é acadêmico ou corporativo-profissional, se é profissionalizante ou especializante, etc.<sup>39</sup>

Em função situação fática ocorrida a partir da segunda metade do século XX no Brasil, em que os resíduos sólidos eram, e em muitos locais ainda o são, descartados sem nenhum cuidado nos chamados lixões a céu aberto, ocasionando a poluição do solo bem como conseqüências sociais, visto que muitas pessoas passaram a viver catando lixo sem nenhuma proteção.

Embasada em novos paradigmas, ambientais, econômicos e sociais, a sociedade brasileira tem-se mostrado cada vez mais interessada e preocupada com a proteção do meio ambiente natural, como também em políticas de inserção social e cidadania, pontos relevantes que são tratados pela nova legislação. Observa-se que o consumo consciente pode ser entendido como a exteriorização destes novos paradigmas sociais, onde o consumidor informado tende a buscar produtos e serviços realmente necessários a sua subsistência, como também destinará os resíduos de ma maneira eficaz. Neste sentido, asseveram Antônio Carlos Efig e Fernanda Mara Gibran:

O consumo consciente pressupõe, assim, a informação para tornar a aquisição de produto ou serviço livre de qualquer vício de orientação. Com isto, a importância fundamental do direito à informação consiste no poder que se concede ao consumidor de saber exatamente o que está adquirindo, e retrata a livre consciência

<sup>38</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social**: ensaio interdisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997, p. 40-1.

<sup>39</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social**: ensaio interdisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997, p. 107-8.

de consumir e ser agente crítico do consumo, na medida em que suas escolhas poderão influenciar, positivamente ou negativamente, toda cadeia econômica – e, por sua vez, o meio ambiente.<sup>40</sup>

Certamente a iniciativa mais difundida da política nacional de resíduos sólidos é o incentivo à coleta seletiva dos resíduos sólidos, em que estes deverão ser segregados de forma prévia, ou seja, ocorrerá a separação das diversas espécies e formas de resíduos sólidos e, posteriormente, enviados ao destino apropriado. Desta segregação, alguns resíduos poderão ser encaminhados à reciclagem, principalmente metais, papéis e plásticos; os demais, deverão ser enviados a uma destinação apropriada, seja em aterro sanitário, compostagem, incineração ou usina verde<sup>41</sup>.

Este serviço de coleta seletiva, deve ser implementado pelo titular do serviço público de limpeza urbana, em sede municipal, que deverá elaborar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, sistematizando a coleta dos resíduos e de limpeza urbana, contudo, necessário enfatizar que a responsabilidade pós-consumo é compartilhada entre a sociedade e os entes públicos municipais, estaduais e federal.<sup>42</sup>

Vê-se que a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos pelas sociedades urbanas, passa necessariamente pela conscientização da população, pelos cidadãos que devem, ao consumir, separar os resíduos para que seja dada oportunamente a destinação correta à estes materiais; esta conscientização, que já ocorre no Brasil, poderá ser cada vez mais difundida através da educação ambiental, como também pela educação em direitos humanos, para preservação do meio ambiente como também para auxílio sócio-econômico das pessoas de baixa renda.

A sistematização progressiva da coleta seletiva dos resíduos sólidos, deve priorizar a participação de cooperativas ou qualquer forma de associação de catadores, constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Importantíssimo salientar a função social da legislação, que visa modificar uma estrutura sócio-econômica de profunda

---

<sup>40</sup> EFING, Antônio Carlos; GIBRAN, Fernanda Mara. Informação para o pós-consumo. In: **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: RT, Ano 17, n. 66, p. 219, abr./jun. 2012.

<sup>41</sup> SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 350-5.

<sup>42</sup> PINZ, Greice Moreira. A responsabilidade ambiental pós-consumo e a sua concretização na jurisprudência brasileira. In: **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: RT, Ano 17, n. 65, p. 153-213, jan./mar. 2012.

miséria em determinadas classes sociais brasileiras. Ao determinar que os municípios introduzam a coleta seletiva dos resíduos sólidos, o legislador além de buscar uma solução a um dos efeitos da sociedade consumista, justamente o excesso de resíduos sólidos, também busca uma forma eficiente de tentar diminuir as gritantes diferenças sociais entre ricos e pobres que ocorrem no Brasil. Se uma grande parcelada população brasileira é constituída de pessoas de baixa renda, que sequer conseguem ser inseridas no mercado formal de trabalho, elas podem encontrar uma atividade que lhes proporcionem algum retorno financeiro, para que deixem a miséria absoluta e, talvez, com o passar do tempo, trabalhando com a reciclagem, auxiliadas pelas cooperativas de reciclagem<sup>43</sup>, alcancem uma vida digna, em que ao menos o mínimo existencial esteja presente na vida delas.

Necessário enfatizar que esta nova política pública sobre os resíduos sólidos abrange toda a sociedade brasileira, uma vez que todos, pessoas físicas ou jurídicas, sem exceção, de alguma maneira produzem resíduos. Portanto, todos na sociedade possuem algum grau de responsabilidade com relação a geração de resíduos sólidos, todos são parte do problema, logo, da mesma forma, todos devem fazer parte da solução, que passa necessariamente pela destinação correta dos resíduos sólidos, segregando-os antes da destinação final, em que uma parcela destes resíduos, ajudará seres humanos a buscar uma vida mais digna.

Certamente, a solução para os desdobramentos de uma sociedade consumista e o que fazer com os seus resíduos sólidos, deverá passar pela educação ambiental, para que todos tomem consciência das suas atitudes para com o meio ambiente natural e, principalmente, se envolvam na construção de um país socialmente mais justo e equilibrado, conceitos que devem ser desenvolvidos pela educação em direitos

---

<sup>43</sup> O cooperativismo iniciou-se na Inglaterra, por volta de 1844, quando alguns operários que foram dispensados de uma indústria têxtil, uniram-se para prover as suas necessidades básicas de consumo. No Brasil, o primeiro diploma legal foi o Decreto nº 796, de 2 de outubro de 1890, que autorizou a organização das sociedades cooperativas. Atualmente, as sociedades cooperativas estão disciplinadas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, bem como pelo art. 1.094 e seguintes do Código Civil. SILVA, Paulo Renato Fernandes da. **Cooperativas de trabalho, terceirização da mão-de-obra e direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 3-7.

humanos, que possui condições de conscientizar as pessoas que as suas pequenas atitudes podem beneficiar uma grande parcela da população de baixa renda.

## 7. Conclusão

O presente estudo voltou-se à análise das circunstâncias que levaram o Brasil a desenvolver o seu processo de industrialização a partir da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, a urbanizar-se tal qual outros países que passaram por situação histórica semelhante.

Evidenciou-se que em decorrência do processo de formação de uma sociedade urbana e industrial, geram-se conseqüências negativas para os habitantes dos grandes centros urbanos, tais como desigualdades sociais, individualismo, consumismo e impactos ambientais. Neste sentido, certamente um dos maiores impactos na vida dos habitantes dos centros urbanos diz respeito a avassaladora quantidade de resíduos produzidos pelos habitantes das cidades.

Percebe-se, portanto, que a Política Nacional dos resíduos sólidos inserida no ordenamento jurídico pátrio tem por objetivo solucionar esta problemática da vida nas sociedades urbanas pós-modernas, oferecendo mecanismos de destinação aos resíduos sólidos produzidos, com reflexos positivos em questões ambientais, econômicas e sociais que, certamente, se farão presentes nos próximos anos, com a efetividade desta política.

## Referências Bibliográficas

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana:** um instrumento de planejamento e gestão urbana. Tradução de Claudio Acioly. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe (orgs.). **História da vida privada no Brasil.** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da vida privada no Brasil.** República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 3.

BITTAR, Eduardo C. B. **Democracia, justiça e direitos humanos**: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. **Legislação de direito ambiental**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BUARQUE, Daniel. População mundial chega a 7 bilhões de pessoas, diz ONU. **G1**, São Paulo, 26 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/populacao-mundial-chega-7-bilhoes-de-pessoas-diz-onu.html>>; acesso em 6/2/2012.

BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 36. ed. São Paulo: Globo, 1995. v.2.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de (orgs.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: Scientific American Inc. (org.). **Cidades**: a urbanização da humanidade. Tradução de José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

EFING, Antônio Carlos; GIBRAN, Fernanda Mara. Informação para o pós-consumo. In: **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: RT, Ano 17, n. 66, p. 209-229, abr./jun. 2012.

HABERMAS, Jürgen. A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa o socialismo hoje? In: BLAKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Tradução de Luis Krausz. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 1992.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social:** ensaio interdisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 2. ed. São Paulo: Polis, 1984.

MARCONI, Mariana de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia:** uma introdução. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** Tradução de Giasone Rebuá. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil.** Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

PINZ, Greice Moreira. A responsabilidade ambiental pós-consumo e a sua concretização na jurisprudência brasileira. In: **Revista de Direito Ambiental.** São Paulo: RT, Ano 17, n. 65, p. 153-213, jan./mar. 2012.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média.** Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais (parágrafos corrigidos). In: ZENTENO, Raúl Benítez (org.). **As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação.** Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUEIROZ, Rachel. As grandes mudanças. In: SOBRAL, Marisa (org.). **Para entender o Brasil.** São Paulo: Alegro, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Paulo Renato Fernandes da. **Cooperativas de trabalho, terceirização da mão-de-obra e direito do trabalho.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.